

MEIOS DISPONÍVEIS E SUA UTILIZAÇÃO

É à Direcção Geral das Florestas que cabe o principal papel na conservação, fomento e gestão dos recursos florestais não só por intervenção directa (administração das Matas Nacionais e baldios)) como ainda pela sua intervenção nomeadamente nos âmbitos da Caça, Pesca, Apicultura, Correção Torrencial, Assistência Técnica, Associativismo Florestal, Fogos, Legislação, Protecção de Arvoredos e Arborizações tanto no sector público como no privado e cooperativo.

Assim sendo, a amplitude das acções deste organismo é condicionada tanto pelo montante dos meios financeiros de que dispõe como pela sua criteriosa gestão.

Quanto aos meios financeiros há a referir por um lado uma manifesta contracção nas acções suportadas pelo orçamento de funcionamento resultado de actualizações anuais bastante inferiores à inflação real, e por outro no que respeita aos chamados programas de investimento a uma duplicidade de critérios: projectos que resultam de acordos internacionais (luso norueguês, ajudas de pré-adesão da CEE, Banco Mundial) em relação aos quais não há restrições nem interferências burocráticas e os projectos tradicionais que têm sido sujeitos a fortes contracções e perturbações.

Exemplificando este último caso e reportando-nos a um programa de dimensão nacional "Beneficiação das Matas do Sector Público" a evolução das verbas atribuídas, a preços correntes, foi a seguinte:

76	77	78	79	80	81	82	Un: contos
200 000	220 000	165 000	163 000	91 500	73 000	70 000	

e embora se desse uma entrada de jornaleiros eventuais, com mais de 1 ano de serviço, para o Quadro em 1977 o que veio libertar o encargo correspondente neste programa, se se entrar em linha de conta com a

inflacção f cilmente se deduz a redução acentuada de verbas nos últimos anos.

A redução das verbas disponíveis nos últimos anos tem sido acompanhada de grandes perturbações que ultrapassam a responsabilidade da Direcção Geral das Florestas - aprovação de "plafonds" elevados para efeitos políticos que vão sendo reduzidos pelo não aprovação técnica de projectos contidos no plafond anteriormente aprovado, aprovações condicionadas, reduções globais ou por rúbricas, congelamento de duodécimos não gastos e um sem número de artifícios que restringem indirectamente as despesas, descaracterizam completamente os projectos e tornam impossível qualquer planificação das actividades a empreender; a tudo isto h a acrescentar a já tradicional aprovação tardia de verbas para investimento (em 82 houve projectos aprovados em Novembro e em 83 são em meados de Junho   que começou a aprovação dos primeiros projectos).

Um outro estrangulamento, este da responsabilidade da Direcção Geral das Florestas, resulta de um clima de improvisação de organização, falta de planeamento, cordenação e controle das actividades a seu cargo e da interferência da área administrativa (superdimensionada) em decisões de f ro técnico, nomeadamente pelo controle de orçamentos. As consequências são adicionave s às anteriores e têm como efeito um manifesto sub aproveitamento dos meios disponíveis.

Para ilustrar essa deficiente utilização de meios referem-se quatro áreas de trabalho.

No que respeita às arboriza  es previstas no "projecto florestal português - Banco Mundial" estando programados 18 000 ha anuais a cargo da Direcção Geral das Florestas (prevendo-se uma redução no primeiro ano para 15 000 ha a ser recuperada no ano seguinte), em (1981 + 1982) foram apenas arborizados 10 886 ha o que corresponde a um nível de realizações em relação ao programado da ordem dos 30%.

De registar que a arborização se fez sem restrições financeiras e em condições favorave s (93% em baldios) e que houve anos em que, com meios nitidamente inferiores a ex-Direcção Geral do Fomento Florestal e ex-Fundo de Fomento Florestal arborizaram áreas muito mais superiores às actuais (em 1967 12 000 ha; em 1977 13 000 ha).

No que respeita à realização dos Serviços Regionais da ex DGOGF e com base nos relatórios anuais de actividade pode-se verificar: 1) uma redução acentuada (nomeadamente nos últimos 4 anos) da área florestal trabalhada anualmente com operações culturais - situação altamente negativa não só porque as metas anteriormente alcançadas já eram de si insuficientes como pelo péssimo exemplo que o Estado dá tendo as suas matas mal conduzidas. A redução de áreas ainda corresponde a simplificação de certas operações culturais, também por falta de verbas (por exemplo nas limpezas dos povoamentos os despojos são deixados nas matas criando condições mais favoráveis aos fogos)

- 2) - uma redução drástica na abertura de novos caminhos e estradões florestais não só por restrições orçamentais mas ainda e mais recentemente por uma orientação dos responsáveis no sentido de transferir para as autarquias a construção de novos caminhos e a conservação dos existentes, ficando a Direcção Geral das Florestas virada para os estradões florestais. Tal orientação não tem encontrado receptividade por parte das autarquias pelo que o resultado será a degradação dos caminhos.

No que respeita ao papel que cabe à Direcção Geral das Florestas de apoio à floresta privada - fracção esmagadora da nossa floresta - a evolução de um projecto piloto denominado "Organização e Gestão da Floresta Privada" e que abrangia inicialmente a bacia do Zêzere e se foi estendendo a zonas limítrofes é bastante sugestivo. O projecto vem crescendo até 1977 com vários Núcleos de assistência técnica a funcionar, um viveiro fornecendo plantas gratuitas aos interessados, vários postos de vigia instalados e a funcionar por intermédio do projecto, cerca de uma centena de quilómetros de caminhos construídos, centenas de assistências técnicas, inúmeros cursos de formação de empresários florestais, resineiros e motoserradores, apoio a cooperativas e associações resineiras, etc.

Em 1978 é totalmente regionalizado sendo a verba de 13 300 contos que fora atribuída pulverizada por todas as administrações florestais do País e o seu consequente desvio para outras acções. De 1979 a 83 o projecto morreu, os Núcleos de Assistência Técnica

burocratizaram-se, foram esvaziados de meios, paralizaram a sua actividade, perderam o seu prestígio e foram integrados Contra-natura nas Administrações Florestais.

Por último refere-se a evolução das acções de formação profissional e reciclagem de técnicos na qual é manifesta a redução drástica nos últimos anos tanto em nº. de cursos realizados como em frequência

	75	76	77	78	79	80	81	82
Nº.de cursos	53	52	27	17	47	29	16	5
Frequência	616	632	283	185	523	329	177	70